

OM Linha 6 Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.215.405/0001-75

Relatório dos Administradores

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas. São Paulo, 09/04/2018. A Administração

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo Circulante	Notas	Balanco Patrimonial		Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Notas	2017	2016
		2017	2016				
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.408	92	Circulante	-	27	11
Outros ativos	-	9	6	Outras contas a pagar	-	27	11
		1.417	98			27	11
Não Circulante				Não Circulante			
Investimentos	5	-	31.244	Adiantamento para futuro aumento de capital	6	9.878	-
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	7	-	-
				Capital social	-	43.883	35.182
				Reservas de capital	-	228	228
				Prejuízos acumulados	-	(52.599)	(4.079)
						(6.488)	31.331
				Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		1.417	31.342

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)

	Notas	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1 de janeiro de 2016		23.871	(9.890)	228	(1.767)	12.442
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.312)	(2.312)
Aumento e integralização de capital	-	25.948	(4.747)	-	-	21.201
Redução de capital	-	(5.936)	5.936	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016		43.883	(6.701)	228	(4.079)	31.331
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(48.520)	(48.520)
Integralização de capital	7	-	8.701	-	-	8.701
Em 31 de dezembro de 2017		43.883	-	228	(52.599)	(6.488)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Informações gerais – A OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha 6" ou "Companhia") com sede em São Paulo, foi constituída em 22/10/2013 e tem como objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais. A Companhia é parte integrante da organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht Mobilidade S.A. ("OM"). A Companhia apresentou prejuízos líquidos recorrentes e geração de caixa negativa em 31/12/2017. Adicionalmente, o contrato de concessão de sua investida Concessionária Move São Paulo ("Move SP"), ingressou com processo de pedido judicial de rescisão do Contrato de Concessão (Nota 9). **Investigações e medidas judiciais em andamento:** Como é de conhecimento público, desde 2014 encontramos-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação "Lava-Jato", que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem determinadas empresas e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, foram executados, em 2016, mandados de busca e apreensão nas dependências de empresas do Grupo Odebrecht. Em 01/12/2016, o Ministério Público Federal e a Odebrecht S.A. celebraram Acordo de Leniência, através do qual esta última admitiu a prática de condutas ilícitas por seus prepostos, empregados, administradores, dirigentes e terceiros contratados. Por este acordo, a Odebrecht S.A. ainda declarou ter plena prerrogativa para, através do seu poder de controle, determinar o cumprimento do acordo a todas as empresas do grupo econômico Odebrecht, incluindo suas controladas diretas. Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. **Contratos de concessão – Concessionária Move São Paulo S.A.:** Contrato de Concessão Patrocinada firmado em 18/12/2013 entre o Estado de São Paulo, pela STM e a Move SP para a prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da linha 6 – Laranjeira de metrô de São Paulo, incluindo a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão. A Move SP ingressou com processo de pedido judicial de rescisão do Contrato de Concessão. (Nota 9). As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 09/04/2018. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. **Coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos da sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. **2.2. Ativos financeiros – 2.2.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31/12/2017, compreende, "Caixa

e equivalentes de caixa". **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. **2.3. Prejuízo por ação:** A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por lote de ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação. **2.4. Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes principais novas normas foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • IFRS 9/CPC 48- "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 01/01/2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção; Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC relevantes que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** – As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **Perda (impairment) estimada de ativos:** A Companhia verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

5. Investimentos – (I) Informações sobre as investidas

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido		Prejuízo do exercício	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Move SP	101.972.000	101.972.000	19,61	19,61	142.661	118.523	(9.122)	(8.851)

(II) Movimentação dos investimentos

	Saldo no início do exercício	Adições	Equivalência patrimonial	Impairment (Nota 3.1)	Saldo no final do exercício
Investimento					
Move SP	31.244	16.629	101	(47.974)	-
31 de dezembro de 2017	31.244	16.629	101	(47.974)	-
31 de dezembro de 2016	12.427	20.552	(1.735)	-	31.244

(iii) **Movimentação societárias – OM Linha6:** Ao longo de 2017, a Companhia integralizou o montante de R\$ 16.629, relativo ao capital subscrito em 2013 e não integralizado. **6. Adiantamento para futuro aumento de capital** – Em 15/12/2017, a Companhia recebeu o montante de R\$ 9.878 a título de adiantamento para futuro aumento de capital da acionista OM. **7. Patrimônio líquido (passivo a descoberto) – (a) Capital social:** Em 31/12/2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 43.883 (2016 – R\$ 35.182), composto por 43.883.466 ações ordinárias, da seguinte forma representada:

Acionistas	Participação no Número de ações capital social (%)			
	2017	2016	2017	2016
Odebrecht Mobilidade S.A.	33.821.036	33.821.036	70%	70%
Ruasinvest Participações S.A.	10.062.430	10.062.430	30%	30%
	43.883.466	43.883.466	100,00%	100,00%

Ao longo de 2017, a OM integralizou o montante de R\$ 8.701, relativo a ações emitidas pela Companhia em 2016. **8. Prejuízo por ação – Básico e diluído:** O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não

Despesas operacionais	Notas	Demonstração dos Resultados	
		2017	2016
Resultado de participação societária	5	(47.874)	(1.735)
Gerais e administrativas	-	(672)	(603)
Prejuízo operacional		(48.546)	(2.338)
Resultado financeiro, líquido	-	26	26
Prejuízo do exercício		(48.520)	(2.312)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	8	(1,11)	(0,05)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(48.520)	(2.312)
Total do resultado abrangente do exercício	(48.520)	(2.312)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017	2016
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e da CSLL das operações continuadas	(48.520)	(2.312)
Resultado de equivalência patrimonial	(101)	1.735
Perda por impairment nos investimentos	47.975	-
	(646)	(577)

	2017	2016
Variações nos ativos e passivos:		
Outros ativos	(4)	(5)
Fornecedores	8	(5)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	8	8
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(634)	(587)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos
Adições ao investimento em participações societárias (16.629) (20.552)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (16.629) (20.552)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos
Aumento de capital social 8.701 21.201
Adiantamento para futuro aumento de capital 9.878 -
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos 18.579 21.201

Aumento de caixa e equivalente de caixa 1.316 62
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício 92 30
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício 1.408 92

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

vel. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço e no cálculo do valor em uso. Em 2017, a Companhia registrou R\$ 47.974 de perda por *impairment*, no investimento da Move SP. **4. Instrumentos financeiros por categoria** – Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria:

	2017	2016
Ativos, conforme balanço patrimonial	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	1.408	92
	1.408	92

	2017	2016
Outros passivos financeiros	2017	2016
Fornecedores	19	11
	19	11

	2017	2016
Passivo, conforme o balanço patrimonial	2017	2016
Fornecedores	19	11
	19	11

	2017	2016
Participação em outras empresas	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	1.408	92
	1.408	92

	2017	2016
Ativos, conforme balanço patrimonial	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	1.408	92
	1.408	92

	2017	2016
Passivo, conforme o balanço patrimonial	2017	2016
Fornecedores	19	11
	19	11

	2017	2016
Ativos, conforme balanço patrimonial	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	1.408	92
	1.408	92

apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição. **Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias** (48.520) (2.312)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) 43.883 42.817
Prejuízo por ação (em Reais) (1,11) (0,05)

9. Eventos subsequentes – Em 24/01/2018, a Move SP ingressou com processo de pedido judicial de rescisão do Contrato de Concessão e, em 12/03/2018, foi iniciado o processo de caducidade do Contrato de Concessão por parte do Poder Concedente, a partir da notificação da Secretária de Estado dos Transportes Metropolitanos. Em 30/01/2018 a Move SP enviou ao Poder Concedente notificação sobre sua intenção de instaurar procedimento arbitral. Em 15/03/2018 a Move SP notificou o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá, indicada pelo Poder Concedente, para dar início ao procedimento de arbitragem. Ao longo de 2018, a Companhia recebeu o montante de R\$ 4.850, sendo R\$ 4.261 de adiantamento para futuro aumento de capital da acionista OM, e o restante de aumento de capital de suas acionistas, na proporção de suas participações. Ao longo de 2018, a Companhia integralizou o montante de R\$ 6.026 na Move SP, relativo ao capital subscrito em 2013 e não integralizado.

Diretoria	Diretoria	Diretoria	Diretoria
Gustavo Dantas Guerra	Hugo Gonçalves Vieira de Assunção	Sérgio Luiz Pereira de Macedo	Ricardo Haruo Yokomiso – CRC-SP 30187/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

busca e apreensão nas dependências de empresas do Grupo Odebrecht. Em 01/12/2016, o Ministério Público Federal e a Odebrecht S.A. celebraram Acordo de Leniência, conforme detalhado na Nota explicativa nº 1, através do qual esta última admitiu a prática de condutas ilícitas por seus prepostos, empregados, administradores, dirigentes e terceiros contratados. Por este acordo, a Odebrecht S.A. ainda declarou ter plena prerrogativa para, através do seu poder de controle, determinar o cumprimento do acordo a todas as empresas do grupo econômico Odebrecht, incluindo suas controladas diretas. Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os ris-

cos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de abril de 2018.

Grant Thornton
Edinilson Attizani
CRC 1SP 293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
Daniel G. Maranhão Jr.
CRC 1SP 215.856/O-0